Dívidas pesam no bolso de 8 em cada 10 famílias

Especialista alerta para riscos das renegociações bancárias

Da **Redação**

A inadimplência das famílias brasileiras apresentou uma redução em outubro, mas o endividamento continua elevado. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 81,6% das famílias possuem algum tipo de dívida, enquanto 29,3% estão com contas em atraso.

Os números revelam um desafio que vai além da capacidade de manter as parcelas em dia: o peso das dívidas sobre o orçamento doméstico. De acordo com o levantamento, 19,3% das famílias comprometem mais da metade da renda mensal com dívidas.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a redução da inadimplência é um indicador positivo, mas não significa necessariamente que os consumidores recuperaram a estabilidade financeira.

"Uma família pode estar pagando todas as parcelas e, ainda assim, enfrentar dificuldades para manter suas despesas essenciais. O problema surge quando o consumidor precisa contratar novos empréstimos ou prolongar uma dívida antiga para conseguir pagar as contas do mês. Nesses casos, é importante avaliar se a renegociação realmente melhora a situação financeira ou apenas adia o problema", explica Bruno Durão.

Uma das principais preocupações está nas condições oferecidas durante as renegociações bancárias. Embora a redução do valor mensal das parcelas possa representar um alívio imediato, a ampliação do prazo e a incidência de juros podem elevar significativamente o custo total do contrato.

Isso ocorre porque uma dívida renegociada em um período mais longo pode gerar um desembolso final maior, mesmo quando o consumidor paga menos a cada mês.

"O consumidor não deve avaliar uma renegociação apenas pelo valor da nova parcela. É fundamental verificar a taxa de juros, o custo efetivo total, os encargos e o montante que será pago até o encerramento do contrato. Uma prestação menor não significa, necessariamente, uma dívida mais barata", alerta o advogado.

O cenário também preocupa do ponto de vista econômico. Quando uma parcela elevada da renda familiar é destinada ao pagamento de compromissos financeiros, sobra menos dinheiro para consumo, serviços, alimentação e outras despesas cotidianas.

Essa redução da renda disponível pode limitar a atividade econômica, especialmente em setores que dependem diretamente do consumo das famílias.

Além da questão econômica, o elevado comprometimento da renda chama atenção para os mecanismos de proteção previstos no Código de Defesa do Consumidor.

A Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, estabeleceu instrumentos para prevenir o endividamento excessivo e possibilitar, em determinadas situações, a renegociação de dívidas de consumo, preservando recursos necessários à subsistência do devedor.

Em abril de 2026, o Supremo Tribunal Federal também analisou a regulamentação do mínimo existencial, reforçando a importância de critérios de proteção ao consumidor no tratamento do superendividamento.

Segundo Bruno Durão, a legislação busca permitir que pessoas em situação financeira crítica possam reorganizar suas obrigações, sem comprometer integralmente as necessidades básicas. "O objetivo é encontrar uma solução financeiramente viável e juridicamente equilibrada", afirma.

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Os números revelam um desafio que vai além da capacidade de manter as parcelas em dia

Crise no Paraguai acende alerta para investidores

Da **Redação**

A recente crise no Ueno Bank e a instabilidade política que atingiu o Paraguai trouxeram à tona um alerta importante para os milhares de brasileiros que migraram empresas, investimentos ou a residência fiscal para o país vizinho. Atraídos pela promessa de impostos mais baixos, muitos investidores ignoraram o chamado "risco América do Sul", caracterizado por volatilidade política, menor maturidade regulatória e vulnerabilidade no sistema financeiro. Esse cenário escancara a diferença entre buscar apenas alíquotas reduzidas na América Latina e investir na União Europeia, onde o patrimônio conta com a blindagem de um bloco econômico consolidado, regulação harmonizada e alta estabilidade institucional.

IMPOSTO BAIXO

Muitos brasileiros são atraídos pela alíquota reduzida do Paraguai, mas negligenciam a solidez das instituições locais e a governança do sistema financeiro.

AMÉRICA DO SUL VS. UE

Enquanto países sul-americanos apresentam maior suscetibilidade a crises bancárias com interferência política direta, a Europa oferece uma blindagem patrimonial superior, respaldada pela regulação harmonizada, fundos de garantia consolidados e pela estabilidade política do bloco da UE.

IMPACTO PARA BRASILEIROS

A crise atinge principalmente o investidor brasileiro que planejava a mudança de residência fiscal ou melhores condições econômicas/tributárias sem uma estratégia de diversificação internacional verdadeiramente segura

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



Muitos brasileiros são atraídos pela alíquota reduzida do Paraguai

Por que a verdadeira proteção patrimonial exige internacionalização estruturada em jurisdições de alta segurança jurídica, e não apenas arbitragem fiscal de curto prazo?

Para Marcelo Rubin Goldschmidt é advogado e fundador da GMZ Advisors, consultoria dedicada à diversificação patrimonial e desenvolvimento de negócios entre Brasil e Portugal, em poucos dias, o Paraguai mostrou o que é o risco América do Sul.

"O maior banco digital do país sofreu intervenção, o presidente do Banco Central caiu e o presidente da República está tentando renunciar, sem ainda aceitação pelo Parlamento. Quem saiu do Brasil para lá fugindo de imposto continuou exposto a outros tipos de risco institucionais e de instabilidade política/econômica já bem conhecidos por brasileiros. Diversificar de verdade é pôr parte do patrimônio em uma economia com outra moeda e outras regras".